Art. 3.º Enquanto houver officiaes do activo fora do serviço das tropas das suas armas, não poderão ser chamados a prestar esse serviço os officiaes da reserva ou reforma.

§ único. Em caso algum serão chamados ao serviço das tropas activas officiaes da reserva ou reformados que passaram a essa situação com um ou mais postos de acesso.

Art. 4.º No chamamento dos officiaes da reserva ou reformados para o serviço de commissões activas deve ter-se, principalmente, em vista que, em primeiro lugar, o sejam os officiaes que, antes da passagem àquella situação, desempenhavam essas commissões activas ou outras análogas.

Art. 5.º Pelos quartéis generaes das divisões e outras estações competentes serão feitos os avoramentos respectivos, nas fôlhas de matrícula dos officiaes que se acharem nas condições deste decreto.

Art. 6.º A liquidação ou rectificação de vencimentos de reserva ou reforma será feita em períodos anuaes, a requerimento dos interessados e definitivamente quando tiverem deixado de prestar o serviço a que este decreto se refere, levando-se em conta, para todas as liquidações, não só qualquer fracção de ano que dumas para outras ficar, como também a que porventura tivesse ficado da última contagem feita quando o official mudou de situação.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam publicar. Paços do Governo da República, 26 de Março de 1919.—JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES — José Relvas — Francisco Manuel Couceiro da Costa — António de Paiva Gomes — António Maria de Freitas Soares — Tito Augusto de Moraes — Júlio do Patrocínio Martins — Domingos Leite Pereira — Augusto Dias da Silva — Jorge de Vasconcelos Nunes.

MINISTÉRIO DA MARINHA

6.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 5:332

Nos termos do artigo 18.º da carta de lei de 9 de Setembro de 1908, a 4.ª Direcção Geral da Marinha, pelos Depósitos de Marinha, entregou no Banco de Portugal a quantia de 8.112\$97, proveniente de artigos de material cedidos a diversas estações officiaes.

Sendo esta importância indispensável para aquisição de material que substitua o que foi cedido, em conformidade com a alínea g) do n.º 10.º do artigo 34.º da citada carta de lei, cumpridas as formalidades da alínea a) do n.º 2.º do artigo 6.º do decreto com força de lei de 11 de Abril de 1911: hei por bem, tendo ouvido o Conselho de Ministros e sob proposta do Ministro da Marinha, decretar que seja aberto no Ministério das Finanças, devidamente registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública, a favor do Ministério da Marinha, um crédito especial de 8.112\$97, a fim de reforçar o capítulo 2.º, artigo 9.º, da tabela da despesa ordinária de Marinha no actual ano económico.

O Conselho Superior da Administração Financeira do Estado julgou este crédito nos termos de ser decretado.

Os Ministros de todas as Repartições o façam executar. Paços do Governo da República, 20 de Março de 1919.—JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES —

José Relvas—Francisco Manuel Couceiro da Costa—António de Paiva Gomes—António Maria de Freitas Soares—Tito Augusto de Moraes—Júlio do Patrocínio Martins—Domingos Leite Pereira—Augusto Dias da Silva—Jorge de Vasconcelos Nunes.

Decreto n.º 5:333

Nos termos do artigo 18.º da carta de lei de 9 de Setembro de 1908, a 3.ª Direcção Geral de Marinha, pelas suas fábricas do Arsenal da Marinha e Cordoaria Nacional, entregou no Banco de Portugal, respectivamente, as quantias de 125.000\$ e 25.004\$52, no total de 150.004\$52, proveniente de artigos de material cedidos a diversas estações officiaes.

Sendo esta importância indispensável para aquisição de material que substitua o que foi cedido, em conformidade com a alínea g) do n.º 10.º do artigo 34.º da citada carta de lei, cumpridas as formalidades da alínea a) do n.º 2.º do artigo 6.º do decreto com força de lei de 11 de Abril de 1911: hei por bem, tendo ouvido o Conselho de Ministros e sob proposta do Ministro da Marinha, decretar que seja aberto no Ministério das Finanças, devidamente registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública, a favor do Ministério da Marinha, um crédito especial de 150.004\$52, a fim de reforçar o capítulo 2.º, artigo 22.º, da tabela da despesa ordinária de marinha no actual ano económico.

O Conselho Superior da Administração Financeira do Estado julgou este crédito nos termos de ser decretado.

Os Ministros de todas as Repartições o façam executar. Paços do Governo da República, 20 de Março de 1919.—JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES — José Relvas — Francisco Manuel Couceiro da Costa — António de Paiva Gomes — António Maria de Freitas Soares — Tito Augusto de Moraes — Júlio do Patrocínio Martins — Domingos Leite Pereira — Augusto Dias da Silva — Jorge de Vasconcelos Nunes.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Comerciaes e Consulares

Decreto n.º 5:334

Atendendo a que só após a assinatura do armistício e a libertação da Bélgica se tornou possível a alguns súbditos daquela nação obter os documentos necessários para legitimar pedidos de entrega de mercadorias que faziam parte das cargas dos navios ex-alemães existentes em Portugal e colónias; atendendo a que, não só estes mas súbditos doutras nações, aliadas em guerra ou amigas, alegam igualmente que só agora, pela nova situação internacional, podem formular devidamente as suas reclamações a este respeito; querendo dar aos Governos de todas essas nações mais um testemunho da sua boa vontade em tomar em consideração aquelas reivindicações de propriedade:

O Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É prorrogado até 31 de Dezembro de 1919 o prazo para apresentação de quaisquer reclamações de entrega de mercadorias a que se refere o artigo 32.º do decreto n.º 2:350, de 20 de Abril de 1916, e para a produção da documentação das novas reclamações ou das anteriormente feitas.

Art. 2.º São extensivas a todas as reclamações de mercadorias feitas dentro deste prazo as disposições do artigo 2.º do decreto n.º 3:246, de 13 de Julho de 1917, tendentes a simplificar o processo ordinário pela apre-